

Notas Explicativas – Demonstrações Financeiras do Programa de Saúde e Assistência Social do MPF – Exercício de 2016.

1. Contexto operacional

O Plan-Assiste é um Programa de Saúde e Assistência Social estruturado no modelo de autogestão, assim caracterizado quando a empresa, ou outro tipo de organização, institui e administra, sem finalidade lucrativa, programa de assistência à saúde destinado aos seus empregados, ou servidores, como forma reduzir os gastos decorrentes da intermediação administradoras de planos de saúde do mercado.

2. Incorporação do Plan-Assiste/MPDFT

Motivado por decisão do Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União, e mediante trabalho desenvolvido por comissão instituída pelo Secretário-Geral do Ministério Público da União, as operações do Plan-Assiste/MPDFT foram incorporadas pelo Plan-Assiste/MPF a partir de 1/6/2016. Na primeira etapa do processo de incorporação, os beneficiários do Plan-Assiste/MPDFT passaram a receber atendimento sob a cobertura do Plan-Assiste/MPF, contudo as operações de faturamento e financeiras continuaram sendo processadas no MPDFT com vistas a liquidar as faturas já recebidas e as que seriam apresentadas pela rede credenciada decorrentes de atendimentos pretéritos.

Para fazer frente à liquidação das faturas supracitadas, foram destacados do orçamento MPF para o orçamento do MPDFT (ação orçamentária: Assistência Médica e Odontológica dos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes) o montante total de R\$ 7,5 milhões.

A partir de outubro de 2016, as receitas e despesas geradas por beneficiários lotados no MPDFT passaram a ser geridas integralmente pelo Plan-Assiste/MPF, salvo eventuais pagamentos de competências anteriores, decorrentes de recursos de glosas, por exemplo, que deverão ser analisadas e liquidadas no âmbito do MPDFT.

3. Principais práticas contábeis adotadas e informações adicionais consideradas necessárias:

Nota 1. O saldo a receber a título de coparticipação dos beneficiários nas despesas médicas e odontológicas é apresentado por seu valor histórico. Não há previsão no Regulamento Geral do Plan-Assiste acerca da correção monetária dos saldos devedores dos beneficiários, motivo pelo qual tal encargo não é repassado aos beneficiários do Programa de Saúde.

Foi utilizado o regime de competência para apropriação da coparticipação financeira devida pelos beneficiários em decorrência da utilização do Programa de Saúde e para apropriação dos demais direitos a receber em favor do Programa.



Nota 2. Em 2016, o critério utilizado para o cálculo da provisão para perda de coparticipação foi o perfil dos beneficiários desligados do Plan-assiste/MPF. Foram excluídos da provisão, por exemplo, participantes desligados do Programa cujo saldo está sendo objeto de cobrança, falecidos com pensionistas remanescentes em folha de pagamento e servidores removidos com cobrança ativa no ramo do MPU de destino. Esta parcela da provisão correspondeu a R\$5.345.593,15.

Além do valor citado, foi aplicada técnica atuarial para avaliar o valor recuperável dos créditos a receber, utilizando-se a tábua de mortalidade AT-2000/Male para fins de estimativa da expectativa de vida do beneficiário titular do saldo devedor. O levantamento acusou uma perda provável de R\$6.674.283,77, montante do qual, em obediência ao regime de competência, foi provisionado o valor de R\$286.765,58.

Dessa forma, o valor total provisionado em 2016 foi de R\$5.632.358,73.

Nota 3. Em 30/9/2016, houve um acréscimo de R\$ 9.364.423,91 referente à receita de coparticipação a receber do Plan-Assiste/MPDFT incorporada ao patrimônio do Plan-Assiste/MPF.

Nota 4. Refere-se à receita de coparticipação a receber do Plan-Assiste/MPDFT incorporada ao patrimônio do Plan-Assiste/MPF.

Nota 5. As receitas de contribuição apresentadas na Demonstração de Resultado do Exercício agregam valores consignados de membros e servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, da Escola Superior do Ministério Público da União, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público Federal, conforme quadro a seguir:

Valores em R\$					
Receitas	CNMP	ESMPU	MPDFT	MPF	Total
Contr Mensal – Titular	407.588,68	74.851,09	1.569.491,35	25.551.067,18	27.602.998,30
Contr Mensal – Cônjuge	105.474,27	15.363,67	448.880,99	7.344.694,72	7.914.413,65
Contr Mensal – Benef. Especial	6.593,31	0,00	153.190,15	2.489.378,62	2.649.162,08
Contr Mensal – Filho	63.403,43	11.751,03	315.402,59	4.923.072,18	5.313.629,23
Contr Mensal – Pais	65.810,40	13.802,53	240.247,94	3.800.187,62	4.120.048,49
Contr Mensal – ex-Cônjuge	0,00	0,00	12.276,62	189.117,64	201.394,26
Total	648.870,09	115.768,32	2.739.489,64	44.297.517,96	47.801.646,01

Nota 6. Refere-se a ressarcimentos referentes a despesas médicas de outros ramos pagas pelo MPF.

Nota 7. Os montantes das despesas médicas e odontológicas apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício referem-se aos valores totais e se restringem àqueles liquidados com recursos próprios geridos pelo Programa, não abrangendo as despesas médicas e odontológicas pagas com recursos provenientes de dotação orçamentária da União, cujo dispêndio, em 2016, totalizou R\$ 63.090.534,58, sendo R\$

61.900.322,06 referente à execução do MPF, R\$ 1.014.776,88 à do CNMP e R\$ 175.435,64 à da ESMPU.

Nota 8. Refere-se ao pagamento de atualização do sistema de gestão do programa. Conforme Processo Administrativo nº 1.00.004.000426/2016-43.


Nota 9. O total apresentado refere-se ao recebimento de contribuições e coparticipações do Conselho Nacional do Ministério Público, da Escola Superior do Ministério Público da União, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público Federal, conforme quadro abaixo:

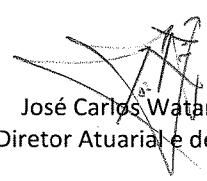
Unidade	Valor (R\$)	
CNMP	979.146,62	1,45%
ESMPU	170.671,54	0,25%
MPDFT*	3.754.528,21	5,54%
MPF	62.836.056,48	92,76%
Total	67.740.402,85	100,00%

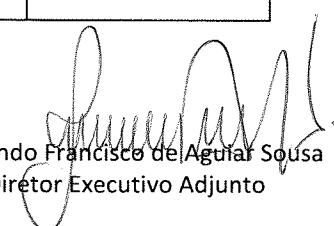
*Corresponde ao período de outubro a dezembro de 2016.

Nota 10. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração de fluxos de caixa compreendem:

	Valores em R\$	
	2015	2016
Caixas e saldos em banco	335,98	36,83
Equivalente de Caixa	153.639.451,31	147.907.977,01
Aplicações de Curto Prazo (Ativo Circulante)		
Total	153.639.787,29	147.908.013,84


Marcos Wonder de Souza Mota
Chefe do Núcleo de Contabilidade
CRC-DF-24.990/O-1


José Carlos Watanabe da Silva
Diretor Atuarial e de Controladoria


Raimundo Francisco de Aguiar Sousa
Diretor Executivo Adjunto